

## CONSELHO ESCOLAR - A PARTICIPAÇÃO CONSTRUINDO A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA

**Andréia da Silva Mafassoli – Secretária de Educação e Pesquisa de Cachoeirinha - RS**  
andreiamafassoli@ibest.com.br

**Resumo:** O presente trabalho relata a experiência de formação continuada realizada com os conselheiros escolares de uma Rede Pública Municipal de Ensino. Os momentos de formação foram planejados, visando o fortalecimento da gestão democrática, esclarecendo aos segmentos pais, alunos, professores e funcionários as funções do Conselho Escolar, a importância da participação na tomada de decisão sobre questões administrativas, pedagógicas e financeiras e o aprofundamento de temáticas educacionais tais como Inclusão social, Ensino Fundamental de 09 anos, superação do fracasso escolar, entre outras que permeiam os Projetos Político-Pedagógicos das instituições de ensino.

**Palavras-chave:** conselho escolar; participação; gestão democrática.

**Abstract:** This present paper reports the experience of continued formation performed with school advisers of a City Public Teaching Net. The meetings of formation were planned aiming the strengthening of democratic management making it clear to parents, students, teachers and school workers the school council tasks, the importance of decision making participation on management issues, as well as pedagogical and financial ones, the deepening of educational themes such as social inclusion, a 9-year elementary school, overcoming school failure, among others that permeate political-pedagogical projects of Teaching Institutions.

**Keywords:** school council; participation; democratic management.

### INTRODUÇÃO

Cada um expressa o que pensa de acordo com o seu jeito. Se aprender fosse imitar ou repetir o que é ensinado, falaríamos todos do mesmo jeito, nossas risadas seriam iguais, nosso jeito de caminhar, de olhar e sorrir seria igual. Cada pessoa é diferente. É na diferença que está à originalidade, o sentido e a riqueza de ser gente.

*Caderno 3 do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, p. 14*

A Rede Municipal de Ensino de Cachoeirinha, RS, é composta por sete escolas de Educação Infantil e vinte escolas de Ensino Fundamental, sendo uma de Educação Especial, onze de Ensino Fundamental incompleto; cinco atendem a modalidade EJA e, nessa modalidade, desenvolve-se o Mova Cachoeirinha. São mais de 1.200 trabalhadores e trabalhadoras em educação, que atendem em torno de 11.600 alunos e alunas.

A educação pública na Rede Municipal de Ensino tem como diretrizes os princípios da Educação Popular na implantação e no aprofundamento dos eixos de Inclusão Social, Radicalização da Democracia e Desenvolvimento Sustentável. À luz desses princípios, o Congresso Municipal da Constituinte Escolar, iniciado em 2001, desencadeou no interior das

escolas um debate, a partir do qual foram definidas as Resoluções da rede, que representam o mapa construído coletivamente para o redirecionamento do fazer das escolas.

Participaram efetivamente desse processo os quatro segmentos que compõem a comunidade escolar, pais, alunos, professores e funcionários, na organização, na construção e avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos, enfim nos processos decisórios que garantem uma escola de melhor qualidade social.

O envolvimento dos diferentes sujeitos do processo educativo, o reconhecimento de seus saberes e a reafirmação de suas identidades foram norteados pelo princípio da gestão democrática do ensino.

## **GESTÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Para dar início ao processo de democratização da gestão no Município, foi necessário repensarmos nossa forma de gestão e traçarmos estratégias de reflexão. Com esse intuito a Secretaria Municipal de Educação e Pesquisa promoveu, nesse período, a organização de um processo de discussão da **Gestão Municipal de Educação**, no qual foram debatidos e aprofundados cinco eixos formais de instituição da Gestão Democrática, que são: Conselhos Escolares, Eleição de Diretores, Descentralização de Recursos, Conselho Municipal de Educação e Sistema Municipal de Ensino.

Os fóruns, seminários, cursos e encontros de reflexão vivenciados, implicaram na modificação de legislações existentes e na definição sobre o modelo de gestão da educação municipal.

Destacamos, a seguir, os avanços alcançados no decorrer de todo o processo de discussão para efetivação da gestão democrática nas unidades escolares:

- A partir de 2002, as escolas municipais passaram a receber repasses de recursos financeiros, possibilitando a descentralização financeira.
- Em 2004, foram promulgadas as novas leis da eleição direta para Diretores e eleição direta para Conselheiros Escolares. Nesse contexto colocou-se em prática a concepção de democratização da gestão, enquanto possibilidade de

melhoria na qualidade pedagógica do processo educacional das escolas, na construção de um currículo pautado na realidade local, na maior integração entre os agentes envolvidos na escola. Diretores, professores, estudantes, pais e funcionários, participando e atuando no planejamento e na tomada de decisões.

- Criação do Sistema Municipal de Ensino de Cachoeirinha, em 2005, ampliando esse debate para além das escolas municipais, envolvendo as demais redes de ensino, através da atuação do Conselho Municipal de Educação como órgão normativo desse Sistema.

Dentre os eixos implantados no processo de democratização da gestão passo a focar o trabalho de formação continuada, realizado com os Conselhos Escolares, que motivou este relato de experiências.

#### CONSELHOS ESCOLARES: DEMOCRATIZANDO A ESCOLA

Os Conselhos Escolares atuam nas escolas municipais de Cachoeirinha seguindo a normatização expressa pela Lei Municipal nº 2.263/04. Esse colegiado é formado pelos quatro segmentos que compõem a comunidade escolar, eleito a cada dois anos, atuando em conjunto com a equipe diretiva na tomada de decisões sobre questões do cotidiano da escola, participando efetivamente da gestão escolar. O Art. 2º da referida lei trata sobre as funções e o campo de atuação dos conselheiros com a seguinte redação: *os Conselhos Escolares terão **função consultiva, deliberativa e fiscalizadora em questões administrativo-pedagógicas e financeiras, constituindo-se no órgão máximo de discussão ao nível de escola.***

Historicamente, as pessoas têm sido alijadas dos processos decisórios. As experiências revelam que, tanto a comunidade externa, quanto a comunidade interna à escola, apresentam limites à participação. Tal constatação remete à necessidade de capacitar todos os segmentos, como resposta às exigências dessa prática, no sentido de canalizar e convergir esforços em direção à melhoria da qualidade pedagógica do processo educacional das escolas. É pertinente refletirmos, no processo de formação, sobre alguns conceitos básicos que permeiam a prática dos conselheiros tais como: participação, autonomia, descentralização, dialogicidade, elementos fortalecedores da gestão democrática.

Falar de gestão democrática nos remete à democracia participativa. A descentralização, a autonomia e a participação estabelecem abertura de novas arenas públicas de decisão, que conferem a cada escola sua singularidade, sua identidade própria, tendo a qualidade do ensino como ponto central de qualquer proposta para escola pública. No exercício da construção da autonomia escolar, não obstante seus percalços e desafios são visíveis e promissores os benefícios e as vantagens produzidos nessa vivência. A Escola torna-se palco de experiências democráticas, em que a participação e a autonomia devem ocorrer de forma transparente, respeitando a diversidade, o pluralismo e os valores éticos.

Para Silva (2005), considerar que a escola é um lugar de esperança e desejo significa dizer que é um processo essencialmente humano. A esperança humana é aliada de qualquer mudança que requer espaço para manifestar-se e viver. Dessa forma, é possível que a autonomia da escola seja condição eficaz para mudança de todo sistema de ensino. É necessário que haja um processo educativo contínuo que envolva o sujeito na sua condição de conhecer, decidir e responsabilizar-se.

## A FORMAÇÃO CONTINUADA DO COLEGIADO ESCOLAR

A mantenedora, através da Assessoria Pedagógica do Ensino Fundamental, desenvolve a formação continuada dos conselheiros escolares, com vistas ao fortalecimento da gestão democrática nas escolas municipais.

Ao acreditar que as mudanças em educação só se efetivam pelo caminho da reflexão, que provocam desconforto e rupturas na construção de novas práticas, realizamos periodicamente os encontros de formação continuada dos conselheiros escolares.

As rodadas de formação são diversificadas e acontecem bimestralmente, durante o ano letivo. Alguns encontros são com a totalidade dos colegiados das 20 escolas municipais e os demais são regionais, agrupando as escolas de acordo com a região da cidade onde se situam. As dinâmicas desenvolvidas possibilitam aos segmentos aprofundar questões práticas do cotidiano escolar e temáticas da educação, através de palestras, grupos de estudo, trocas de experiências, contação de histórias e dinâmicas de grupo diversas que possibilitam aos mesmos reunir com seus pares e com os demais segmentos.

Nas discussões e reflexões dos diferentes segmentos retomamos os avanços e dificuldades vivenciadas pelos conselheiros a partir de questões como: “Em que momentos os segmentos são ouvidos na tua escola? Como a escola está trabalhando para atender aos estudantes? Quais os dados relativos ao aproveitamento escolar? Quais as principais dificuldades de aprendizagem? Nossa escola está voltada para o sucesso ou o fracasso de nossos alunos? Como está o trabalho dos professores e o envolvimento dos pais? Quais questões do cotidiano escolar o Conselho discute, propõe e decide? Qual a periodicidade das reuniões do Conselho Escolar?” Trata-se de refletir, permanentemente, sobre a qualidade do trabalho desenvolvido pela escola e ao constatar os problemas, desafios e necessidades enfrentados no cotidiano escolar, os colegiados poderão ajudar a construir, efetivamente, uma educação de qualidade mais elevada.

Um dos aspectos importantes que avaliamos juntamente com os conselheiros em relação ao exercício de suas funções refere-se à forma de atuação do colegiado. Todos os conselhos são formados por representação de segmentos, mas estes podem tomar decisão sem consultar seu segmento? O conselho atua no modelo representativo ou participativo?

No **modelo representativo** o conselho decide sem consultar seu segmento, atendendo as demandas definidas pela equipe diretiva. No **modelo participativo** o conselheiro é o coordenador do segmento que o elegeu, instituindo práticas de democracia direta quando as decisões são tomadas nas assembléias. Essa prática democrática deve obedecer a um calendário fixo periódico onde as grandes questões da escola são alvo de debate nas reuniões de cada segmento (pais, alunos, professores e funcionários).

Ao se compreender a importância da atuação do Conselho Escolar, destacamos a necessidade de organizar periodicamente, assembléias por segmentos onde estes debaterão questões administrativas, pedagógicas e financeiras. Esse movimento provocará o exercício da gestão democrática. Cada segmento encaminhará suas observações, através de seus representantes, para o colegiado, este sim, agora gestor da escola, desempenhando suas funções consultivas, deliberativas e fiscalizadoras, na busca de uma escola pública de qualidade que garanta o sucesso e a permanência das crianças, jovens e adultos estudantes desta rede de ensino.

Para subsidiar nossas reflexões e esclarecer sobre as funções dos conselheiros, publicamos, no ano de 2006, um caderno com a Lei Municipal que orienta a atuação dos conselheiros escolares e, em março de 2007, lançamos a revista em quadrinhos e o DVD

“Conselho Escolar: a participação construindo a gestão democrática na escola”. Todos esses subsídios estão sendo trabalhados nas formações dos conselheiros e nas escolas, construídos com o objetivo de serem instrumentos de reflexão para o fortalecimento da gestão democrática.

Quando o Conselho Escolar promove a participação direta dos segmentos na escola, há comprometimento com o Projeto Pedagógico da instituição de ensino, visando colocar em prática todos os princípios teóricos construídos e planejados coletivamente, sendo periodicamente avaliado pelos quatro segmentos.

Além dos subsídios para reflexão dos conselheiros, participamos de reuniões do colegiado nas escolas. Nos encontros de formação regional, focamos temáticas da educação tais como Ensino Fundamental de 09 anos, Cultura Afro, Inclusão, Diversidade, Consciência Planetária. Essas, entre outras, temáticas possibilitam aos segmentos trocas de experiências e o envolvimento dos mesmos na superação do fracasso escolar. Essas reflexões visam à construção de uma escola que inclua a todos, que respeite as diferenças, que seja um espaço de promoção do exercício da cidadania, na perspectiva de uma educação libertadora e cidadã.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É pertinente registrar que apesar de todas as conquistas alcançadas pela nossa rede de ensino no fortalecimento e efetivação da gestão democrática, são muitos os desafios na superação de práticas patrimonialistas, centralizadoras e autoritárias ainda arraigadas nos espaços de gestão pública. Essas práticas estão presentes não somente nas instituições escolares, mas em todos os níveis de governo, responsáveis pela gestão das políticas educacionais neste país, resultantes da cultura centralizadora e hierárquica que herdamos da ditadura.

Para avançarmos na efetivação da gestão democrática e na construção de um projeto de educação inclusivo, transformador e humano, necessitamos perceber as práticas excludentes, os “ranços” autoritários, ainda presentes na cultura escolar, promovendo uma ruptura com estas tradições estabelecidas. Nesse sentido, a democratização da gestão escolar implica na superação de processos centralizados de decisão e na vivência da gestão colegiada, onde as decisões nasçam das discussões coletivas, envolvendo todos os segmentos da escola num processo pedagógico vivo e dinâmico.

O município de Cachoeirinha avançou no processo de democratização da gestão, ao implantar os Conselhos Escolares e ao estabelecer um programa de formação continuada, ampliando a participação dos pais, alunos, professores e funcionários no acompanhamento e proposição de políticas públicas comprometidas com objetivos democráticos, constituintes de uma nova qualidade de ensino.

Conforme Vieira (2006, p. 67) *é importante insistir que as políticas e a gestão da educação básica necessitam encontrar seu foco na essência da tarefa educativa – bem ensinar e bem aprender – tudo fazendo para cumprir a função social da escola com sucesso. A persistência do fracasso escolar entre tantas crianças e jovens em diversas partes do mundo torna imperativo reafirmar a especificidade da escola enquanto espaço para onde convergem estudantes e professores, configurando-se como uma comunidade de aprendizes. Sua razão de existir está intrinsecamente ligada à tarefa primordial de bem ensinar e bem aprender. Gestão escolar bem sucedida, portanto, é aquela voltada para aprendizagem de todos os alunos.* Essa deve ser a prioridade e o foco de nossas instituições de ensino promover a aprendizagem com qualidade.

A gestão democrática é um processo em construção, complexo e possível, se tecido junto, de forma intencional, a partir da organização de processos coletivos. Esse foi o caminho trilhado pelo município de Cachoeirinha na implantação e formação continuada dos Conselhos Escolares, visando o fortalecimento da democratização da gestão.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ângela. *Aceita um conselho? como organizar os colegiados escolares*. São Paulo, Ed. Cortez, 2002.
- BENEVIDES, M. V. Educação para a democracia. In: *Lua Nova – revista de cultura e política*, nº 38, 1996
- BORDENAVE, Juan E. Díaz. *O que é participação*. 8ª edição. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- DEMO, Pedro. *Participação é conquista*. São Paulo, Cortez, 2003.
- PARO, Vitor Henrique. *Gestão Democrática da Escola Pública*. São Paulo: Editora Ática, 1997.
- Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares - cadernos 01, 02, 03, 04 e 05-MEC, Brasília – DF, 2006.
- SMEP / Cachoeirinha (2003), Resoluções do Congresso Municipal da Constituinte Escolar, abril.

VIEIRA, Sofia Lerche. Política e gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 23, n. 1, jan./abr..2007, Porto Alegre, 2007, p. 53-69.

OBS: imagens scaneadas das publicações da SMEP / Cachoeirinha



CADERNO  
CONSELHOS.jpg



LEI CONS.jpg